

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1743/2024

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA A), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

1.1. Sistema de Registros de Preços para futura e eventual aquisição de novos extintores, e placas indicativas de segurança e respectivos serviços de instalações completos, que serão utilizados fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor (ABNT/INMETRO), que serão utilizados nas Secretarias Solicitantes, sendo elas: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, Secretaria Municipal de Agricultura Abastecimento e Trabalho, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Controladoria Geral, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades, expressas neste termo de referência;

1.2. As aquisições dos extintores novos são caracterizadas como bem principal à prestação de serviço (instalações) classificado como acessório, ambos precisam ser adquiridos de forma conjunta e única, não sendo possível ter dois fornecedores distintos, para que assim possamos lograr êxito na contratação.

1.3. As especificações estão contidas na memória de cálculo no Anexo I deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO- ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA B), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

2.1. Tal solicitação prende-se ao fato de que os itens do certame serão necessários para suprir as necessidades das 12 (doze) Secretarias requisitantes, dotando-as de condições técnicas e estrutura física adequada aos servidores e usuários, e para o desenvolvimento de suas ações;

2.2. A aquisição dos extintores de incêndio destina-se a atender a necessidade de manter os extintores de incêndio nas Secretarias, abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, visando garantir a segurança da comunidade usuária (servidores, usuários), bem como a integridade do Patrimônio Público;

2.3. Considerando a segurança de todos e a integridade do patrimônio público;

2.4. São itens obrigatórios e essenciais para o bom funcionamento e segurança das Secretarias requisitantes;

2.5. Diante do exposto, faz-se fundamental a aquisição desses materiais para o bom funcionamento dos serviços prestados;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA C), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

3.1. Após a análise das opções disponíveis, verificou-se que a aquisição dos extintores, sinalizações de segurança, e recarga bem como os serviços de instalações, é a melhor solução, visto que outro tipo de contratação não atenderia com maestria a necessidade das Secretarias Supracitadas requisitantes.

3.2. O objeto desta contratação enquadra como sendo de bens e serviços comum, conforme art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. O Registro de Preço está fundamentado no art. 6º, inciso XLV da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. A contratação está alinhada ao Plano Anual de Contratações – PAC.

3.5. Os quantitativos pretendidos no referido processo foram apurados na estimativa do quantitativo necessário através de um levantamento realizado pela Defesa Civil do Município de São Pedro da Aldeia, e posterior memorandos enviados pelas Secretarias Municipais requisitantes para garantir a segurança dos Servidores e usuários destas.

OBJETO	JUSTIFICATIVA PARA A DESPESA
Aquisição e recarga de extintores de incêndio, placas indicativas de segurança e serviços de instalação.	Destina-se a atender a exigência da Defesa Civil do Município e do Corpo de Bombeiros, visando a segurança dos servidores e usuários, bem como a integridade do Patrimônio Público, além de atender as exigências estabelecidas pelas Normas Técnicas vigentes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA D), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

4.1. Os extintores de incêndio, deverão atender ao especificado nas normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em especial a NBR 12962, 13434, 14105, 11715, 11716, 10721, 9654, 9695 e 7195 nas Portarias do INMETRO/MDIC em especial a nº 158/06 e nº 173/06 e nas Normas Técnicas do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro bem como demais legislações em vigor, ou que venham a ser editadas no transcorrer da vigência do contrato.

4.2. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2.1. Sustentabilidade:

a) A Contratada deverá estar ciente da obrigatoriedade em atender aos critérios sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e

Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que coube;

b) Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) A embalagem deverá obedecer às normas gerais de segurança compatíveis com a natureza do meio de transporte e da própria bagagem, devendo seu custo estar embutido no preço dos serviços de transporte contratados.

4.3. A CONTRATADA poderá realizar vistoria nos locais onde estão os extintores de incêndio para aferir as condições dos equipamentos. Esta vistoria é importante para conhecimento das condições físicas e retida/reinstalação dos extintores.

4.4. Da Subcontratação

4.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Da Garantia

4.5.1. Os produtos, objetos desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o material entregue e substituir, em até 05 (cinco) dias após a notificação, o material que apresentar qualquer defeito, sem implicar aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

4.5.2. A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecidas nas especificações técnicas de cada produto constante deste Termo de referência, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

4.4.3. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente, entregar o Termo de Garantia no ato da entrega do objeto, sob pena de não lhe ser oferecido sequer o recebimento provisório;

4.5.4. Todo produto entregue em substituição àquele defeituoso terá sua garantia contada a partir da data do novo recebimento definitivo, ocorrendo o mesmo para as peças utilizadas.

4.5.5. A empresa fornecedora dos produtos será responsável durante a garantia pela substituição, troca ou reposição dos equipamentos e/ou peças caso apresentem defeitos, avarias ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência;

4.5.6. A garantia dos serviços de instalação será de 90 (noventa) dias, contando a partir do recebimento definitivo.

4.5.7. Oferecer garantia mínima de 01 (um) ano para recarga, por cada extintor, a partir do recebimento dos extintores;

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em virtude de fornecimento de pronta entrega.

4.7. Do Registro de Preços

4.7.1. A Ata de Registro de preços poderá ser usada por todos órgãos da administração pública, desde que autorizado expressamente pelo órgão gerenciador, observando o disposto no decreto que Regulamenta o Registro de Preços.

4.7.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84, parágrafo único da Lei 14.133/21. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer aditamentos para acréscimo e supressão de valor, equilíbrio econômico-financeiro, desde que observados os limites fixados pelo art. 124 da Lei nº 14.133/21, e a vigência desses ajustes fica condicionada às regras constantes do art. 105 da Lei nº 14.133, conforme previsão no instrumento contratual

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA E), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

5.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, ou enquanto decorrer o fornecimento dos produtos dentro da vigência do mesmo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Iniciará o prazo de vigência após o recebimento da autorização de fornecimento;

5.3. Locais de entrega:

5.3.1. Os materiais, objetos desta licitação, deverão ser entregues parceladamente, nas Secretarias requisitantes supracitadas e instalados no ato da entrega, conforme os endereços constantes neste Edital, no horário de 08:30 às 16:00 horas, dias e horários comerciais.

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	End.: Sede da Secretaria – Avenida Francisco Coelho Pereira, nº 255, Centro, São Pedro da Aldeia – RJ, CEP: 28941-068.
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	Usina-2 (Rodovia Amaral Peixoto) S/N-Balneário. Cemitério-4 (Cond.Rural Fazendada Praia, Q. R, L 01 a 10-Retiro). Secretaria -5- (Rua Lei Pereira de Souza, Balneário das Conchas).
Secretaria Municipal de Agricultura, abastecimento e trabalho	Sede Sec. Municipal de Agricultura, abastecimento e trabalho (SAGAT), Rodovia Amaral Peixoto, km 107, Balneário, São Pedro da Aldeia. Horto Escola Artesanal: Rodovia Amaral Peixoto, km 107, Balneário, São Pedro da Aldeia-RJ. Mercado Municipal de Peixe: Rua 12 de Outubro, Estação, São Pedro da Aldeia.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 1743/2024
Folha nº 340
Rub. ~~364~~

364

Secretaria Municipal de Cultura	<p>Casa da Cultura Gabriel Joaquim dos Santos (Sede da Sec. Municipal de Cultura), localizado na Av. Francisco Coelho Pereira Nº 255, Centro de São Pedro da Aldeia.</p> <p>Teatro Municipal Drº. Átila Costa/Escola de Artes Municipal, Localizado na Av. Francisco Santos Silva, 555, Nova São Pedro.</p> <p>Biblioteca Municipal/CINE Estação, localizada na Av. Francisco Coelho Pereira, 255, Centro de São Pedro da Aldeia.</p> <p>Casa do Artesão: Avenida São Pedro, 322, Centro, São Pedro da Aldeia-RJ.</p>
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos	<p>Cadastro Único: Rua Nilo Peçanha, nº 45, Centro.</p> <p>Casa de Acolhimento Municipal: Rua Rui Barbosa, nº 157, Centro</p> <p>Centro Especializado de Atendimento a Mulher: Rua Cantarino Motta, nº 72, Centro.</p> <p>Conselho Tutelar: Rua Hemógenes Freire da Costa, nº 136, Centro.</p> <p>CRAS Alecrim: Rua Alfazema nº 5, Alecrim.</p> <p>CRAS Balneário: Rua Nicamor Pereira dos Santos, S/N, Balneário.</p> <p>CRAS Morro do Milagre: Rua Iracy dos Santos, nº 07, Morro do Milagre.</p> <p>CRAS Parque Estoril: Rua Timoteo Duarte, nº 165 A, Q 3 L12, Parque Estoril.</p> <p>CRAS Porto da Aldeia: Av. Saputiaba, nº 51, Porto da Aldeia.</p> <p>CRAS RUA DO FOGO: Rua Cinco, S/N, Loteamento Gelson Pinheiro.</p> <p>CREAS: Av. Getúlio Vargas, S/N, Centro.</p> <p>SASDH: Rua Hemógenes Freire da Costa, nº 19, Centro.</p>
Secretaria Municipal de Turismo	<p>End.: Sede da Secretaria – Avenida São Pedro, s/nº, Casa do Artesão, Box 18-B, Praça Hemógenes Freire da Costa, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ.</p>
Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública	<p>End.: Sede da Sec. De Segurança e Ordem Pública – Rua Agenor Pimentel, 278, centro.</p> <p>Sede da Guarda Civil Municipal – Rua José dos Santos Silva, 256, Centro.</p> <p>Sede da Coordenadoria de Defesa Civil – Rodovia Amaral Peixoto, S/N KM 106, Balneário.</p> <p>Coordenadoria de Frota – Av. Francisco Coelho Pereira, 255, Centro.</p> <p>Vigilância Municipal – Rua das Margaridas, s/n, lote 09, quadra: A, Nova São Pedro.</p> <p>Departamento de Fiscalização de Postura, Av. Francisco Coelho Pereira, 255, Centro.</p>
	<p>Ambulatório de Saúde Mental: Rua Rita Pereira nº 82, Centro.</p> <p>CAPS (CENTRO DE APOIO PSICO SOCIAL): Rua Waldir Lobo S/N, Morro dos Milagres.</p> <p>CAPSi: Rua São Pedro, nº 36, Estação.</p> <p>Centro de Fisioterapia: Rua Hemógenes Freire da Costa, nº 21, Centro.</p> <p>Clínica Vascular: Rua Rita Pereira nº 52, Quadra 02 Lote 07, Centro.</p> <p>ESF ALECRIM: Estrada do Alecrim nº 83, Alecrim.</p> <p>ESF Bairro São João: Rua Juarez Távora nº 168, bairro São João.</p> <p>ESF BAIXO GRANDE: Rua Antônio Soares dos Santos, nº 120, Baixo Grande.</p>

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. n° 1743/2024
Folha n° 365
Rub. 8

Secretaria Municipal de Saúde

ESF BOTAFOGO: Rua Rodovia Amaral Peixoto, 121, Botafogo.
ESF CAMPO REDONDO I e II: Rua Luiza Terra de Andrade, n° 210, Campo Redondo.
ESF Colinas: Rua Central das Colinas, 19, loja, Colinas.
ESF FLEXEIRA: Rua Adutora, S/N, Flexeira.
ESF ORQUÍDEA: Rua Lúcia Helena, S/N, Recanto das Orquídeas.
ESF PARQUE ARRUDA: Avenida dos Bandeirantes, n° 23, Parque Arruda.
ESF PONTO DO AMBRÓSIO: Rua Antônio L. Araújo, n° 120, Ponta do Ambrósio.
ESF PORTO DO CARRO: Estrada do Alecrim, n° 395, Porto do Carro.
ESF PRAIA LINDA: Estrada do Ferro, n° 100, Praia Linda.
ESF SÃO JOÃO I: Rua São Jorge, n° 32B, São João.
ESF SÃO MATEUS: Rua Manuel Antônio Junior, S/N, São Mateus.
ESF VINHATEIRO: Travessa Antônio de Araújo Mendonça, S/N, Vinhateiro.
POLICLÍNICA: Rua Waldir Lobo S/N, Morro dos Milagres.
PRONTO SOCORRO MUNICIPAL: Rua Waldir Lobo S/N, Morro dos Milagres.
Residência Terapêutica: Rua Assis Brasil n° 34, Centro.
Secretaria de Saúde (Nova Sede): Rua Antônio Benedito Siqueira n° 387, Centro.
UBS BALEIA: Rua Mozarth Francisco de Oliveira (antiga rua Mário Alves), S/N.
UBS BALNEÁRIO: Rua São Jorge S/N. Balneário.
UBS CRUZ: Estrada da Cruz S/N, Cruz.
UBS Estação: Loteamento Jardim da Praia, Quadra 03, Lote 15, Bairro Estação.
UBS Fluminense: Rua Rezende, 54, Bairro Fluminense.
UBS MOSSORÓ: Travessa Ramiro Antunes S/N, Mossoró.
UBS PORTO DA ALDEIA: Avenida Saputiaba, Quadra 07, Lote 43, Mossoró.
UBS Recanto do Sol: Rua Sérgio Ferreira Nunes, n° 12, Lote 12, Quadra 06, Recanto do Sol.
UBS RUA DO FOGO I: Rua Jairo de Azevedo n° 6, Rua do Fogo.
UBS RUA DO FOGO II: Rua 14 A1B, Lote Parque Aldeia, Rua do Fogo.
UBS TRÊS VENDAS: Estrada Sapucaí S/N, Três Vendas.
UBS POÇO FUNDO: Estrada do Boqueirão n° 619, Poço Fundo.
UBS RETIRO: Estrada do Retiro S/N, Retiro.
PAISMCA: R. Antônio Benedito Siqueira, 387, Centro.
Regulação: R. Antônio Benedito Siqueira, 387, Centro.
Centro de Especialidades Odontológicas-CEO: R. Antônio Benedito Siqueira, 387, Centro.
Transporte: R. Antônio Benedito Siqueira, 387, Centro.
Melhor em Casa/PADC: R. Antônio Benedito Siqueira, 387, Centro.
Gabinete/Ouvidoria: R. Antônio Benedito Siqueira, 387, Centro.
Conselho Municipal de Saúde: Rua Marques da Cruz, 122, Centro.
Apoio: Rua Marques da Cruz, 122, Centro.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca	<p>Sec. Municipal de Meio Ambiente e Pesca – Rua Olga Cantarino, lote 12-quadra 8- Nova São Pedro – CEP: 28940-870 – São Pedro da Aldeia – RJ – ao lado da Veterinária São Lazaro.</p> <p>Sec. Adjunta de Pesca – Rua José Costa, nº 1031 – Boqueirão – Ponta da Areia – São Pedro da Aldeia-RJ.</p> <p>Parque Natural Municipal da Mata Atlântica Aldeense – Rua Floresta – nº 32 – Campo das Colinas – São Pedro da Aldeia-RJ.</p>
Controladoria Geral	Rua Marques da Cruz, nº 142, lojas 5 e 6, Centro – São Pedro da Aldeia/RJ.
Secretaria Municipal de Administração	<p>Sede da Prefeitura: Rua Marques da Cruz, nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia, CEP: 28.941-086.</p> <p>Recursos Humanos: Localizado a Rua Rita Pereira, nº 98, Centro, São Pedro da Aldeia, CEP 28.941-118</p> <p>Almoxarifado Central da Prefeitura, situado na Rua São Pedro, s/n, Estação, São Pedro da Aldeia. CEP: 28.941-248.</p>
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Sede da Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico, localizada à Rua Adolfo Silveira, 59, Fundos, Centro, São Pedro da Aldeia, RJ, CEP 28.941-172.

5.4. O fornecimento e/ou serviço deverá ser iniciado em até 30 (trinta) dias úteis, contados pelo recebimento da ordem de início pelo contratado;

5.5. Descrição dos serviços:

5.5.1. A instalação dos extintores relacionados nos itens 02,04,06,08,10 e 12 consistirá no serviço de instalação em todos os demais procedimentos da previstos na legislação pertinente;

5.5.2. Para a instalação dos extintores portáteis, devem ser observadas as seguintes exigências:

- Cada extintor deve possuir seu suporte tripé conforme item 05;
- O local do extintor deverá conter a sinalização conforme item 03 e placa conforme item 07, podendo haver mais de um cilindro na mesma marcação a depender da carga extintora necessária;
- Não devem ficar em contato direto com o piso;
- Devem possuir capacidade extintora mínima conforme NT 02 -01 CBMERJ – ABNT NBR

5.5.3 O extintor deve ser instalado de maneira que:

- Haja menor probabilidade de o fogo bloquear seu acesso;
- Seja visível, para que todos os usuários fiquem familiarizados com a sua localização;
- Permaneça protegido contra intempéries e danos físicos em potencial;
- Não fique obstruído por pilhas de mercadorias, matérias-primas ou qualquer outro material;

- e) Esteja junto ao acesso dos riscos;
- f) Sua remoção não seja dificultada por suporte, base, abrigo, etc; e
- g) Não fique instalado em escadas.

5.5.4. O extintor de pó químico (ABC) poderá substituir qualquer tipo de extintor das classes A, B e C dentro de uma edificação ou área de risco. É permitida a instalação de uma única unidade extintora de pó ABC em edificações do risco pequeno com área inferior a 50 m²;

5.5.5. Os extintores de incêndio devem ser adequados à classe de incêndio predominante dentro da área de risco a ser protegida, de forma que haja, no mínimo, 02 (dois) extintores de incêndio, sendo um para incêndio classe A e um para incêndio classes B e C. É permitida a instalação de 02 (dois) extintores iguais de pó ABC;

5.5.6. Serão aceitos extintores com acabamento externo em material cromado, latão ou metal polido, desde que possuam marca de conformidade expedida por órgão credenciado pelo Sistema Brasileiro de Certificação (Inmetro).

5.5.7. Placas de sinalização

5.5.7.1 Deverão ser adotados os padrões (símbolos, distanciamentos, dimensões e representações) definidos pela ABNT NBR 13434, exceto quando a **NT 2-05 do CBMERJ** indicar outra instrução.

5.5.7.2 Será exigida sinalização de segurança, adotando-se os padrões definidos pela ABNT NBR 13434. Será adotada nas áreas de circulação, interior das escadas de emergência, áreas de refúgio, demais áreas comuns e ao longo das rotas de saída, próximos aos elevadores e no corredor do prédio, conforme NT 2-10 – Plano de Emergência Contra Incêndio e Pânico (PECIP).

5.5.7.3. Quando se tratar de extintor de incêndio instalados em locais onde porventura o acesso ao mesmo possa ser obstruído, um quadrado com 1 m de lado deverá ser pintado em vermelho no piso abaixo do equipamento e, em hipótese alguma, esta área poderá ser ocupada, conforme - Sinalização de solo para equipamentos. (hidrante e extintor). Símbolo: quadrado (1,00 m x 1,00 m) Fundo: vermelha (0,70 m x 0,70 m) Borda: amarela (largura = 0,15 m).

5.5.7.4 A placa deve ter dimensões do formato A3, no sentido horizontal (paisagem). Os materiais utilizados para a confecção das sinalizações de emergência devem atender às seguintes características:

- a) possuir resistência mecânica;
- b) possuir espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies onde forem aplicadas;
- c) não propagar chamas;
- d) resistir a agentes químicos e limpeza;
- e) resistir à água;
- f) resistir ao intemperismo.

5.5.7.5. Devem utilizar elemento fotoluminescente para as cores brancas e amarelas dos símbolos, faixas e outros elementos empregados para indicar:

- a) sinalizações de orientação e salvamento;
- b) equipamentos de combate a incêndio e alarme de incêndio;
- c) sinalização complementar de indicação continuada de rotas de saída;
- d) sinalização complementar de indicação de obstáculos e de riscos na circulação de rotas de saída.

5.5.7.6 Os materiais que constituem a pintura das placas e películas devem ser atóxicos e não radioativos, devendo atender às propriedades colorimétricas, de resistência à luz e resistência mecânica.

5.5.7.7 O material fotoluminescente deve atender à norma NBR 13434-3 – Requisitos e métodos de ensaio. As placas utilizadas na sinalização podem ser do tipo plana ou angular; quando angular, devem possuir um ângulo de 45° da parede e no seu cume fazer um ângulo de 90°.

5.5.7.8 Toda sinalização de emergência instalada nas edificações e áreas de risco deverão possuir a marcação e rotulagem conforme a norma brasileira, NBR 13434-3, onde os elementos de sinalização devem ser identificados, de forma legível, na face exposta, com a identificação do fabricante (nome do fabricante ou marca registrada ou número do CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), independente da apresentação do documento técnico expedido pelo conselho de classe do responsável da execução e/ou instalação do equipamento. Adicionalmente, os elementos de sinalização com características fotoluminescente devem apresentar os seguintes dados:

- a) intensidade luminosa em milicandelas por metro quadrado, a 10 min e 60 min após remoção da extinção de luz a 22°C +/- 3°C;
- b) tempo de atenuação, em minutos, 22°C +/- 3°C;
- c) cor durante a excitação, conforme DIN 67510-1; e
- d) cor da fotoluminescência

5.6. Condições de entrega:

5.6.1 Os fornecedores deverão respeitar as quantidades, descrições, qualidade e marca dos materiais licitados.

5.6.2 Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

- 5.6.3 Os cilindros devem possuir lacre de segurança na cor da norma do exercício vigente, pina de segurança e manômetro indicando a pressão da carga, alça de transporte e mangueira, conforme legislação vigente.
- 5.6.4 Os cilindros deverão estar rotulados, identificado a carga extensora, especificações técnica e modo de usar visíveis.
- 5.6.5. Possuir selo do INMETRO com as especificações exigidos na NT-2-01 do CBMERJ e ficha de inspeção para controle e manutenção.
- 5.6.6. O fornecedor está sujeito à fiscalização dos produtos no ato da entrega e posteriormente, reservando-se às Secretarias, através do responsável, o direito de não recebê-los, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias ou no caso de o produto não ser de primeira qualidade.
- 5.6.7. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.
- 5.6.8. Os produtos, mesmo entregues e recebidos, ficam sujeitos à substituição pela Contratada, desde que comprovada a existência de problemas cuja verificação só seja possível no decorrer da utilização;
- 5.6.9. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.6.10. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades
- 5.6.11. Os serviços serão recebidos:
- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta.
 - b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 10 (dez) dias do recebimento provisório; em se tratando de serviços de maior complexidade, o prazo poderá ser de até 30 (trinta) dias para o recebimento definitivo.
 - c) A Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou matrícula do servidor responsável pelo recebimento, emitido pela Secretaria Municipal Contratante.
- 5.6.12. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.6.13 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6.14. O fornecedor será responsável pela entrega e/ou recolhimento do produto, incluindo custos com frete.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA F), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (incisos I e II do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.11. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.12. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.13. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.14. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (§1º do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA C), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

7.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à Secretaria gestora do contrato, a respectiva nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Contratante, em 03 vias, acompanhada da Ordem de Fornecimento.

7.2. O prazo de pagamento, não será superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, e será feito mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato.

7.3. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo voltará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.

7.4. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente

7.5. A CONTRATANTE deverá fazer a retenção do Imposto de Renda (IRRF) no ato da liquidação da nota fiscal;

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

8.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento PELO MENOR PREÇO GLOBAL.

8.2. Da Qualificação Técnica

8.2.1. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento, emitida por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, declarando que a empresa já promoveu o fornecimento da mesma natureza do objeto deste estudo, comprovando aptidão para o fornecimento do objeto e a prestação do serviço pertinente de maneira compatível com as mesmas especificações constantes neste Termo de Referência.

8.2.2. A Licitante precisa ser cadastrada no Corpo de Bombeiros do seu respectivo Estado;

8.3. Da Habilitação Jurídica

8.3.1. A Empresa a ser contratada, deverá apresentar, a título de habilitação, a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor (documento de constituição acompanhado de todas as alterações realizadas ou consolidação acompanhada das alterações ocorridas), devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentação de eleição de seus administradores;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedades estrangeiras no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3.2. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda vigente;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, "pertinente ao seu ramo de atividade e **compatível com o objeto desta contratação**";

c) prova de regularidade para com as Fazendas:

c.1 - Federal: Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, bem como da Seguridade Social-INSS;

c.2 - Estadual: Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos (Tributária e Não Tributária), se houver;

c.3 - Municipal: Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

c.4 - Caso a empresa seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto deste Termo, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Comprovação de Regularidade, através de Certidão Negativa junto ao FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

e) Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.3.3 Na hipótese das certidões exigidas neste Instrumento, em qualquer das fases do processo de compra, não consignarem prazo de validade declarado no próprio documento, tampouco de não constar previsão em legislação específica relacionada com o citado prazo de validade, deverão os referidos documentos terem sido emitidos no máximo há 90 (noventa) dias, contados até a data de sua apresentação.

8.3.4. Certidão Positiva com efeito de Negativa, tem o mesmo efeito da Certidão Negativa.

8.3.5. Caso a proponente detentora do “menor preço” para hora do serviço e do “maior percentual de desconto” para as peças e assessorios, seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.3.6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela proponente, mediante apresentação de justificativa.

8.3.7. A não regularização da documentação fiscal no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência da expectativa de direito à contratação.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA D, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

9.1. O valor estimado total é de **R\$ 180.677,20 (cento e oitenta mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)** que teve como fonte de consulta a média dos valores cotados em pesquisa com potenciais fornecedores.

9.2. A pesquisa de preços para definir o valor estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA J), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

10.1. Nos termos dos artigos 12 inciso VII da Lei Federal nº. 14.133/2021 foi elaborado plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

10.2. Os recursos financeiros a serem destinados para a despesa estão assegurados nas seguintes dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA REQUERENTE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTO	TOTAL
Sec. Municipal de Turismo	04.695.001.2.511	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	307 316	1500
Controladoria Geral	04.124.001.2.018	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	122 130	1500
Sec. Municipal de Meio Ambiente e Pesca	18.122.001.2.507	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	792 1923	1500
Sec. Municipal Serviços Públicos	15.452.001.2.110	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	680 688	1500
Sec. Municipal de Esporte e Lazer	27.122.001.2.493	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	193 200	1500
Sec. Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos	08.244.047.2.144	3.3.90.30.99.00	968	1660
	08.244.051.2.152	3.3.90.39.99.00	977	
		3.3.90.30.99.00	985	
	08.244.053.2.156	3.3.90.39.99.00	992	
		3.3.90.30.99.00	999	
	08.244.001.2.160	3.3.90.39.99.00	1003	1500
		3.3.90.30.99.00	1035	
	08.243.054.2.167	3.3.90.39.99.00	1045	
	08.243.048.2.165	3.3.90.30.99.00	952	
		3.3.90.39.99.00	960	
		3.3.90.30.99.00	939	
		3.3.90.39.99.00	944	

	08.244.048.2.468	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	2108 2114	
Sec. Municipal de Saúde.	10.301.058.2.180 10.301.058.2.180 10.302.056.2.416 10.301.061.2.174	3.3.90.30.99.00 3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00 3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	1144 1146 2157 2366 2575	1600 1500.1002 1500.1002 1500.1002 1631
			1124	1500.1002
Sec. Municipal de Segurança e Ordem Pública	06.122.001.2.504 06.122.046.2.422	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00 3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	815 824 827 831	1500 1500
Sec. Municipal de Cultura	13.122.001.2.496	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	265 270	1500
Sec. Municipal de Agricultura Abastecimento e Trabalho	20.122.001.2.252	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	602 609	1500
Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico	04.122.001.2.043	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	513 523	1500
Sec. Municipal de Administração	04.122.001.2.006	3.3.90.30.99.00 3.3.90.39.99.00	47 56	1500

II. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e Propostas, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, ou irregularidades verificadas no objeto fornecido como, por exemplo, peso, qualidade e marcas diferentes da ofertada na proposta, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Comparecer à reunião inaugural do contrato, obrigatoriamente presencial, no dia e horário acertado com a Contratante, para esclarecimento dos processos de entrega das mercadorias nas Secretarias Municipais solicitantes e posterior envio da nota de cobrança às Contratantes. O não comparecimento na reunião tem caráter eliminatório, habilitando a empresa classificada subsequentemente para o fornecimento do (s) item (ns) licitado (s).
- c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério das Secretarias Municipais requisitantes, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, o produto com avarias ou defeitos;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- k) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - ARTS 155 E 156, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

12.1. Comete infração administrativa de acordo com o artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- 12.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.4. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.13. Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:
- 12.14. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.15. Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) e não excedendo, em seu total, o equivalente a 30% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;
- 12.16. Impedimento de licitar e contratar, com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;
- 12.17. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.18. A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 12.19. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.20. A penalidade por multa será:


- a) De 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- b) De 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- c) De 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

12.21. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

12.22. O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

São Pedro da Aldeia, 22 de outubro de 2024.

13. DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios	
Laís Soares Carvalho Matricula 13919	
Elaborador (a) Mat.	 Secretário (a) Vivian de Carvalho Lobo Mat. Secretaria Municipal de Licitações-PMSPA

344
 2

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITENS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEC. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	SEC. AGRICULTURA	SEC. SERVIÇOS PÚBLICOS	SEC. DESENVOLVIMENTO	SEC. TURISMO	SEC. ESPORTE E LAZER	SEC. MEIO AMBIENTE E DESCA	SEC. CULTURA	CONTROLE ADORIA	SEC. ADMINISTRAÇÃO	SEC. SAÚDE	TOTAL
1	EXTINTORES PÓ QUÍMICO ABC 6 KG	UND	12	25	2	11	2	13	4	4	20	2	12	96	203
2	INSTALAÇÃO DE EXTINTORES	SERV.	56	34	2	11	2	13	4	4	42	2	12	96	278
3	INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA	SERV.									30				30
4	INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO	SERV.	84	30	44	16	5	26	8	14	42	5	16	288	578
5	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 5W BLOCO 2 FAROIS 1200 LUMENS	UND									10				10
6	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA AUTONIMIA MINIMA DE 6 HORAS BIVOLT AUTOMÁTICO	UND									20				20
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA DE INCÊNDIO	SERV.									2				2
8	MANUTENÇÃO DE MANGUEIRA DE INCÊNDIO	SERV.									2				2
9	PLACA DE SINALIZAÇÃO DA CASA DE MÁQUINAS DE INCÊNDIO	UND									4				4
10	PLACA DE SINALIZAÇÃO EXTINTOR ABC	UND	27	34	6	11	2	13	4	4	22	2	12	96	233

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 1743/2024
Folha nº 38
Rub. 32

11	PLACA DE SINALIZAÇÃO EXTINTOR ÁGUA	UND	11	6				3			15				35
12	PLACA DE SINALIZAÇÃO EXTINTOR CO2	UND	18	1				4			9				32
13	PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO SAÍDA	UND	24	10	12	4	1	6	2	4	6	1	4	96	170
14	PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO SETA DIREITA	UND	30	10	10	6	2	10	3	5	16	2	6	96	196
15	PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO SETA ESQUERDA	UND	30	10	10	6	2	10	3	5	16	2	6	96	196
16	RECARGA DE EXTINTORES PÓ QUÍMICO ABC 6KG	SERV.	23	34	10	11	2	13	4	4	22	2	12	96	233
17	RECARGA DE EXTINTORES TIPO AP 10 L	SERV.	11	6				3			15				35
18	RECARGA DE EXTINTORES TIPO CO2 04 KG	SERV.	4								2				6
19	RECARGA DE EXTINTORES TIPO CO2 06 KG	SERV.	18	1				4			7				30
20	SINALIZAÇÃO DE SOLO	UND	56	34	6	11	2	13	4	4	22	2	12	96	262
21	SUPORTE EXTINTOR TRIPE C/HASTE	UND	56	34		11	2	13	4	4	22	2	12	96	256

Observação 1: A quantidade apontada para Controladoria Geral integra também a quantidade de Secretaria Municipal de Planejamento que ocupa apenas uma sala no mesmo prédio.

Observação 2: O quantitativo da Secretaria de Obras não foi indicado na memória de cálculo devido ao não envio da resposta contendo a ratificação da quantidade e sua técnica quantitativa no seu devido tempo.